

DA “INVISIBILIDADE” AO PROTAGONISMO: A INSURGÊNCIA DO MOVIMENTO INDÍGENA NO EQUADOR NA DÉCADA DE 1990

*Adilson Amorim de Sousa**

RESUMO

O movimento indígena equatoriano tem conduzido, nas últimas décadas, diversas manifestações políticas no país apresentando como pauta a luta por mudanças na estrutura política do Estado e a construção de um modelo alternativo de organização social e política, pautado no respeito aos diferentes padrões e valores culturais. Este trabalho objetiva compreender as novas feições assumidas pelo movimento indígena no Equador, na década de 1990, a partir de sua principal organização, a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), com destaque para o estudo da sua proposta política e do modelo de Estado defendido pela entidade.

PALAVRAS CHAVES: *Equador. Estado plurinacional. Movimento indígena.*

INTRODUÇÃO

Um índio descerá de uma estrela colorida, brilhante
de uma estrela que virá numa velocidade estonteante
e pousará no coração do hemisfério sul
na América, num claro instante [...]
(Caetano Veloso)

*Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e doutorando em História pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). E-mail. diouesb@yahoo.com.br.

Em junho de 1990, os principais órgãos de imprensa do Equador noticiaram, com tom de surpresa e desconfiança, a ocorrência de inúmeras manifestações populares organizadas por grupos indígenas do país. O que parecia inimaginável para diversos setores da sociedade equatoriana, particularmente para a grande mídia e segmentos tradicionais do meio político, acabou se tornando um grande pesadelo: a presença contestatória e reivindicatória, organizada e maciça, de diversos grupos indígenas no entardecer do século XX.

O Levante de Inti Raymi¹ consolidou-se como o evento mais significativo de resistência étnica da história recente do Equador. Consistiu de uma intensa mobilização dos grupos indígenas, em diversas localidades – com especial concentração na região serrana –,² que, utilizando estratégias diversas, como ocupação de órgãos públicos, praças, ruas e estradas centrais, paralisou grande parte do país.

Os insurgentes não só questionavam a situação de penúria vivida pelos grupos populares do país, como também assumiam uma postura étnica de denúncia da situação enfrentada pelos distintos grupos indígenas, historicamente submetidos a uma situação de desrespeito e discriminação pelo poder público estatal e por segmentos conservadores da sociedade equatoriana.

Esse levante representou um marco decisivo na revitalização dos movimentos sociais equatorianos, especialmente na consolidação do movimento indígena como um dos principais agentes sociais do país.

O “despertar” dos grupos indígenas, de forma maciça, organizada e propositiva, não é algo exclusivo do Equador. Sua inserção pública tem-se feito igualmente notar em outros países latino-americanos, como Bolívia, Guatemala, Venezuela e México, onde o sujeito étnico tem feito de forma incisiva sua aparição na cena política. Tal situação tem provocado, como afirma Libertad Bittencourt, mudanças no imaginário construído sobre os movimentos

¹ O Inti Raymi ou Festa do Sol era, segundo Jesús Callejo Fuente, a festa mais importante do Império Inca. Realizada durante o solstício de inverno (24 de junho), representava no calendário quéchua o início de um novo ano solar. Para um povo cujo principal objeto de culto era o deus Sol (Inti), símbolo de fertilidade, de abundância e de vida, além de uma demonstração de adoração e agradecimento ao Sol pelos benefícios alcançados, a festa era um pedido de continuidade da abundância e da vida. Com a conquista espanhola, a cerimônia foi suprimida pela Igreja Católica, sendo recentemente resgatada como expressão do processo de valorização da cultura andina, simbolizando não apenas uma manifestação religiosa, mas, também, política, de reafirmação da identidade cultural do povo quéchua. Para mais informações, ver Callejo (1999).

² Uma das quatro regiões do país e que concentra a maioria absoluta dos indígenas do Equador. Além da Serra, o Equador, segundo critérios históricos e geográficos, é composto ainda pela região Costeira, a Amazônia ou Oriente e pelas ilhas Galápagos.

indígenas que os definia como sujeitos isolados, dependentes, passando para o de atores políticos e autônomos (BITTENCOURT, 2000).

Essa maior mobilização do movimento indígena na América Latina situa-se em um contexto bem específico: o de inserção dessa região na economia capitalista sob a hegemonia da doutrina neoliberal. Sob o argumento de superação da crise econômica vivida atualmente pelo mundo capitalista, essa política impõe um conjunto de medidas a ser adotado pelos Estados, tais como: reestruturação do aparato estatal, com a privatização e redução dos gastos públicos e flexibilização das leis trabalhistas; abertura da economia, com flexibilização financeira e comercial; entre outras. Tais medidas deveriam adequar os países à realidade mundial, possibilitando a sua modernização e integração ao mercado internacional.

No caso específico do Equador, a aplicação do receituário neoliberal veio acompanhada de mudanças no sistema fundiário, com a adoção de medidas que, além de paralisar o processo de reforma agrária, provocaram mudanças na agricultura comunitária, atingida pela maior subordinação às leis do mercado e às relações de caráter comercial com base na concorrência e na disputa individual. De modo geral, as políticas neoliberais acabaram por deixar um rastro negativo na economia equatoriana, agravando, ainda mais, a difícil situação dos setores populares e provocando manifestações de protesto em todo o país.

As mobilizações de junho de 1990 foram seguidas por outras, ao longo de toda a década,³ com participação de uma parcela significativa da população indígena do Equador, que passou a se expressar em diversos ambientes. Utilizando diferentes mecanismos de pressão, as organizações indígenas objetivavam não apenas chamar a atenção da sociedade nacional para a sua realidade, como exigir do Estado equatoriano o atendimento às suas reivindicações e demandas.

Assim, as organizações indígenas desempenharam o papel de ator central nesse processo, com especial destaque para a Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), entidade criada em 1986 com o objetivo de unificar as lutas dos distintos grupos étnicos do país e que se consolidou como uma das mais fortes organizações populares da América Latina.

³ Com destaque para a) as manifestações de 1992, “500 anos de resistência indígena e popular”; b) as mobilizações de 1994 contra o projeto governamental que alterava a lei de terras; c) as de 1997-1998, período de implantação de uma nova constituinte no país e; d) as marchas contra as políticas econômicas dos governos de Abdalá Bucaram (1997) e Jaime Mahuad (1999-2000).

Diferentemente das manifestações de protesto anteriores, em que a ação indígena era de localização restrita e por vezes muito específica e motivada por reivindicações pontuais – como estradas, água, entre outras – as mobilizações lideradas pela Conaie tomaram uma dimensão de caráter nacional. A organização passou a construir um projeto político alternativo e antagônico ao modelo econômico e à estrutura política até então dominante.

Em função da sua capacidade de mobilização, articulação e organicidade, esta entidade influenciou e provocou alterações consideráveis na estrutura tradicional do poder político no país, permitindo repensar o papel que os movimentos sociais, especialmente os de cunho étnico, ocupam na configuração dos “Estados Nacionais”.

A atuação recente do movimento indígena organizado do Equador tem evidenciado uma postura comum em outras partes do continente, em que os grupos indígenas assumem uma postura de não isolamento político frente aos demais setores sociais. Os povos indígenas têm se posicionado como agentes ativos que, inseridos na chamada sociedade nacional, defendem o direito de apresentar alternativas à forma como essa sociedade os contempla, bem como ao lugar a eles concebido pelo modelo político vigente.

Embora o campo em que essas relações, interações e conflitos se dê seja amplo, permeando os mais distintos níveis, a nossa investigação teve como ponto central o estudo das relações entre o movimento indígena e suas interseções com o chamado Estado Nacional. Especificamente, buscamos compreender, ao longo desse estudo, como parcela significativa dos grupos indígenas do Equador, associados em sua principal organização política – a Conaie –, estruturou um discurso de defesa dos seus valores culturais e históricos, dirigindo suas críticas à forma como o sistema político foi construído no país, em todas as suas dimensões e formatos.

Além da manutenção de um discurso no qual se exigia a solução imediata para demandas históricas – como demarcação e legalização dos seus territórios, melhorias infra estruturais entre outras –, o movimento indígena elaborou uma proposta mais ampla e radical, exigindo a profunda e imediata reestruturação do Estado equatoriano. Portanto, além de expressar sua insatisfação e oposição com as questões conjunturais e específicas, as organizações indígenas passaram a mirar o próprio modelo estatal como foco de contestação, estabelecendo de forma explícita, os campos político e histórico como territórios de disputa.

O ESTADO EQUATORIANO E A EXCLUSÃO DO ÍNDIO COMO ELEMENTO FORMADOR DA NAÇÃO

Semelhante ao ocorrido em outras partes do continente, o Estado equatoriano – longe de representar um consenso dos diferentes segmentos sociais – nasce como um organismo legitimador dos poderes regionalizados das elites branco-mestiças, baseado na discriminação e no uso do poder coercitivo contra os demais segmentos sociais.

A emancipação política do Equador, e a conseqüente formação de um aparelho estatal próprio, possibilitou a setores da sua elite crioula o controle sobre importantes mecanismos – políticos, jurídicos ou econômicos – de dominação. Instrumentos que se constituíram como fundamentais na ampliação e/ou manutenção das bases do poder desse segmento, assentado na posse de grandes porções de terra, na usurpação dos territórios e na exploração da mão-de-obra indígena.

As intensas e violentas disputas ocorridas entre os diferentes segmentos da classe dominante pelo controle do Estado acabaram por dificultar a organização do poder público estatal. Situação que teve, no caso equatoriano, um maior agravante em função das características geográficas do país, constituído por um território com grande diversidade ecológica, fator que contribuiu para a lentidão do processo de integração territorial.

Esse regionalismo acabou por dificultar uma maior unidade política, atrasando a modernização do Estado equatoriano e a configuração de uma identidade nacional. Mesmo com o atraso no processo de fortalecimento e modernização da sua estrutura estatal, o Equador foi aos poucos estabelecendo um perfil e padrão político que se caracterizaram pelo elitismo e exclusão dos elementos culturais dos setores subalternos.⁴

No caso dos grupos indígenas, que se constituíam como uma parcela significativa da população do país, o Estado teve uma atitude ambígua mas coerente com os enunciados ideológicos presentes na sua classe política, ou seja, ao mesmo tempo em que negava a participação desses grupos como elemento formador do país, estimulava e legitimava a sua exploração como força de trabalho e pilar de sustentação econômica de inúmeras atividades produtivas.

⁴ Para uma melhor compreensão do processo de formação do Estado equatoriano ver Silva (2004) e Mora (1995).

A República do Equador nasce e se desenvolve fundada na desigualdade entre os grupos sociais que a compunham, negando os direitos de cidadania a uma considerável parcela de sua população. Os grupos indígenas ocuparam na suposta sociedade nacional uma posição de inferioridade cultural, social e econômica.

A crença na inferioridade dos elementos étnicos e culturais dos povos indígenas levou à formação de um Estado discriminador, que se expressou na criação e implantação de leis que visavam sua sujeição econômica, bem como na adoção de medidas censitárias que limitavam uma efetiva participação política.

Assim, apesar das diferenças pontuais que nortearam as ações das diferentes frações da classe dominante – conservadores, liberais e nacionalistas – o que predominou foi a exclusão dos elementos culturais e históricos dos grupos indígenas no processo de construção da nação. O Estado manteve uma lógica discriminatória, baseada em um projeto político exclusivamente branco-mestiço, que regulou a vida econômica, social e política. Para setores majoritários da elite equatoriana, o êxito do seu projeto estava no total desaparecimento dos índios e na negação completa da realidade multiétnica do país.

No entanto, apesar de todos os intentos levados à frente pelo poder político em distintos períodos e conduzidos pelas mais distintas matizes ideológicas, o Estado não conseguiu extinguir os grupos indígenas do país. Pelo contrário, o que se observa ao longo desse contexto foi o desenvolvimento, por parte desses povos, de diferentes mecanismos de luta e resistência. A reestruturação das comunidades indígenas, especialmente após a criação e fortalecimento de organizações próprias, potencializou a sua capacidade de questionamento que, de forma incisiva, tem se oposto à estrutura política do Estado, bem como ao modelo de desenvolvimento econômico dominante.

Ponto chave nesse processo foi a consolidação, por parte dos grupos indígenas, de estruturas de atuação e organização de abrangência regional e nacional. Organizações que têm possibilitado a unidade dos distintos grupos indígenas do país em torno de um projeto comum: o combate à exclusão social a que esses povos vêm sendo historicamente submetidos. As organizações indígenas, especialmente por intermédio da sua mais representativa entidade, a Conaie,⁵ têm conseguido transformar a grande diversidade dos povos

⁵ Para mais informações sobre a constituição das organizações indígenas do Equador, especialmente da Conaie, ver Guarderas (2001) e Cazar; Peralta (2003).

tradicionais em forças sociais relevantes no combate e questionamento das estruturas de poder.

A CONAIE E O PROJETO DO ESTADO PLURINACIONAL

As ações desenvolvidas pela Conaie ao longo da década de 1990 conseguiram estabelecer um novo lugar para o índio na sociedade equatoriana. De sujeitos desprovidos de capacidade de participação política, os povos indígenas passaram a ocupar o lugar de principais agentes políticos da história recente do país. Grande parte do mérito nesse processo está na capacidade demonstrada pela entidade de articular e coordenar as organizações indígenas, dando unidade e centralidade à luta dos distintos grupos tradicionais do país.

Com um discurso no qual, ao mesmo tempo em que se reconhecem as peculiaridades e especificidades de cada comunidade, igualmente é realçada a existência de uma história comum de exploração, a Conaie conseguiu justificar a construção de projetos coletivos, baseados na solidariedade e resistência dos múltiplos povos indígenas do país. Assim, de uma postura caracterizada pelo isolamento interétnico, onde predominavam ações pontuais e específicas, o movimento indígena equatoriano assume, cada vez mais, uma posição baseada na defesa de propostas comuns e de abrangência nacional.

Apesar dos conflitos internos, cabe à Conaie o mérito de ter tido a capacidade de conciliar as distintas tendências existentes no interior do movimento indígena, absorvendo e dando encaminhamento prático às demandas provenientes dos seus diferentes setores e correntes. Prevalcia, de forma hegemônica entre os dirigentes da entidade, o predomínio de uma visão ampla da problemática indígena. Essa concepção permitiu aliar a defesa das particularidades étnicas desses grupos com a compreensão do lugar ocupado pelo índio na estrutura classista da sociedade equatoriana.

Baseada em estratégias diversas de ações – que iam desde o ataque frontal às estruturas de poder, com mobilizações maciças, a ações de intermediação junto aos diferentes setores e agentes públicos –, a Conaie conseguiu, num período relativamente curto, grande ascendência política.

Boa parte do seu sucesso adveio da sua capacidade, como ator social e político, de, além da defesa à integridade cultural, territorial e econômica dos povos indígenas, estender suas reivindicações a um conjunto mais amplo

da sociedade. A entidade propôs um novo modelo econômico, bem como e, fundamentalmente, a reestruturação do poder político, com a construção de um modelo de Estado baseado no respeito à diversidade cultural e histórica do país, no conseqüente reconhecimento do caráter multiétnico da nação e no estabelecimento de mecanismos efetivos de participação política.

Para setores mais radicais do movimento indígena, somente com alterações profundas na estrutura político-administrativa do Estado e no seu reconhecimento como um Estado multinacional é que suas demandas seriam plenamente atendidas. Para justificar essa proposta, os grupos indígenas, por intermédio de suas organizações, baseiam-se em argumentos históricos de utilização dos territórios reivindicados como seus.

Para a Conaie, os povos indígenas – entendidos como coletivos – são portadores de um modo de vida peculiar, com uma organização social, cultural, política e econômica própria. Particularidades que legitimam suas reivindicações e exigências na construção de um modelo político fundamentado no estabelecimento dos seus direitos como povos, com a possibilidade real e prática para planejar, dirigir e construir os rumos de sua vida, com plenitude e autonomia.

Assim, a organização utiliza não apenas argumentos com base na ocupação histórica de territórios reivindicados como seus, como também o desenvolvimento e consolidação de padrões culturais, políticos, econômicos e sociais próprios. Tais características são utilizadas, por parte das comunidades indígenas, como justificativa para sua definição como povos e nacionalidades e, como tal, para a afirmação de seus direitos.

A auto identificação, por parte dos povos indígenas, como integrantes de uma nacionalidade, se baseia na compreensão da existência, entre esses grupos, de características específicas e historicamente constituídas, próprias de uma nação. Os conceitos de nacionalidade e povo utilizados pelas organizações indígenas envolvem não apenas uma conotação cultural – como a língua, a cultura, a história e as aspirações comuns –, mas, também um significado político, que deve refletir-se no direito desses grupos ocuparem um território próprio, bem como a capacidade de desenvolverem instituições, instrumentos e regras sociais e políticas relativamente autônomas e em conformidade com suas especificidades.

A proposta que busca o reconhecimento do Estado equatoriano como plurinacional e multiétnico, especialmente detalhada no seu *Projecto Político*,⁶ se constitui na mais elaborada proposta de reestruturação do modelo político do Equador e ponto de debate em diversos momentos e espaços do país. Fundamentado na sua auto identificação como nacionalidades, portando especificidades culturais e históricas, os grupos indígenas passaram a exigir não apenas o estabelecimento de direitos coletivos, como também a reestruturação de todas as funções do Estado, que passaria a ser fundamentado no respeito aos diferentes grupos étnicos do país, garantindo plenos direitos no exercício da sua autonomia política.

A Conaie deixou claro que suas ações já não tratavam, exclusivamente, de cobrar serviços e melhores condições materiais de vida. Não se tratava apenas de exigir a eliminação das péssimas condições de vida e o respeito às suas tradições. Não reivindicava simplesmente o acesso à terra, mediante o reconhecimento de seus territórios, mas – em nome dos princípios de autodeterminação e autonomia dos povos –, pretendia arrancar do Estado o direito de exercerem autonomia política, administrativa e jurídica sobre as áreas disputadas. A proposta pleiteiava uma nova ordem social e política, onde os grupos indígenas seriam respeitados como povos, o que implicaria na modificação global e profunda na institucionalidade não apenas do Estado, mas também na forma como a sociedade equatoriana estava assentada.

Embora apresentado fundamentalmente sob uma perspectiva étnica, o projeto político da Conaie é entendido também como um instrumento alternativo, visando dar respostas aos principais problemas enfrentados pelo conjunto da população equatoriana. Assim, questões conjunturais como o combate à corrupção e o endividamento do Estado, entre outros, são apresentados junto com temas estruturais como o modelo econômico, o subdesenvolvimento e a dependência externa.

O movimento indígena equatoriano não limita seu projeto de Estado apenas a alterações pontuais, como o reconhecimento da existência dos grupos indígenas e o estabelecimento de direitos aos seus territórios, sua cultura e língua. A proposta apresentada pela Conaie busca alterações mais profundas, com a implementação de medidas políticas, econômicas e culturais norteadas

⁶ Documento político base da organização. Lançado, em sua primeira versão em 1994, constitui sua principal base política, contendo as propostas e justificativas centrais da organização. Ver Conaie (1994).

por novos pilares de relacionamento, sedimentados no respeito e na equidade entre os diferentes grupos que compõem a sociedade equatoriana.

Um dos elementos centrais da proposta indígena é a autonomia. Essa pressupõe o exercício da autodeterminação, definido pela Conaie como “la participación activa y directa en la vida política, económica y cultural en el proceso de transformación y consolidación de las Nacionalidades y Pueblos y en la construcción de un Estado Plurinacional” (CONAIE, 1994, p. 13) e compreende a prerrogativa de “elegir y ejercer libremente su propio sistema político y, el modelo de desarrollo económico, social, cultural y científico-tecnológico” (CONAIE, 1994, p. 13) em um território plenamente definido dentro do marco desse novo modelo de Estado. Proposta que incluía amplos direitos sobre essa área, comportando não apenas o controle sobre o solo, como também o domínio sobre o subsolo.

Admitir de forma plena a autoridade dos povos indígenas sobre os territórios reivindicados como seus, significava restringir a exploração, por parte do Estado e de empresas privadas – especialmente as transnacionais –, de inúmeros recursos e riquezas. Tal possibilidade levou parte das forças políticas e econômicas do país a tentar impedir essa proposta, negando ou vetando parte das demandas apresentadas pelos grupos indígenas, sob o argumento da necessária manutenção de uma suposta unidade nacional.

Embora as organizações indígenas reforcem a intenção de que a sua proposta não deva incorrer em divisões internas no Estado, indubitavelmente sua implementação implica alterações de pontos fundamentais da constituição e a configuração de uma nova organização político-administrativa. Os mecanismos e instituições de exercício do poder político, judiciário e econômico conheceriam radicais transformações, que somente poderiam ser concretizadas no contexto de uma reforma ampla e democrática do Estado. Mudanças que redundariam, necessariamente, na transferência de competências para a sociedade civil e na descentralização das instâncias deliberativas do Estado equatoriano.

A estratégia utilizada pela Conaie para alcançar tais objetivos priorizou, inicialmente, a exigência de mudanças nos marcos legais do país, compreendidos pela entidade como um dos campos de luta e pressão. Para parcela dos dirigentes indígenas, essa arena se constitui como um dos espaços para alterar a correlação de forças políticas de uma sociedade, propiciando possibilidades

reais de avanços nas condições de vida de um determinado segmento social. Concepção ideológica que se constituiu como uma das características centrais da atuação da Conaie que, além das ações para-institucionais, com manifestações e mobilizações populares, prioriza também atuações nos âmbitos formais de participação política, buscando garantir, por dentro dos mecanismos legais, o atendimento de suas reivindicações e alegados direitos.

Dentro dessa estratégia se destaca o envolvimento da organização nas disputas político-eleitorais, com a formação de uma estrutura política própria, afinada com suas propostas.

Surge assim, no final de 1995, o *Pachakutik*,⁷ movimento político que se afasta do formato apresentado pelos partidos tradicionais, buscando se converter em um organismo mais amplo de convergência política, integrado por diversos movimentos e forças sociais progressistas, com a clara determinação de construir uma proposta alternativa para o país. A organização política pretende apresentar as seguintes características: ser plural, democrática, participativa e defender integralmente o projeto político da Conaie de construção de um Estado plurinacional (MALDONADO, 2006, p. 127). O *Pachakutik* nasce, conforme depoimento de um dos seus principais dirigentes, como um “movimiento ubicado dentro del contexto de la política de izquierda de América Latina y del Caribe”.⁸

A criação de um movimento político próprio abriu um novo campo de disputa para as organizações indígenas. Avaliado por segmentos da Conaie como necessário para o avanço das reivindicações da organização, o *Pachakutik* foi visto como um organismo importante para uma maior divulgação das suas propostas e para a ocupação de novos espaços políticos. No entanto, para outros setores, essa estratégia se constituiu como limitadora para o movimento, podendo possibilitar atrelamentos à estrutura de poder, o que comprometeria os objetivos centrais pretendidos pelo movimento, ou seja, a transformação profunda da estrutura política do país.

Seja qual for a avaliação, não se pode negar que o ingresso do movimento indígena em um movimento político próprio deu nova visibilidade às suas demandas, influenciando na conquista de novos espaços políticos e nas alterações dos marcos legais do país. A entrada do movimento nessa arena

⁷ Vocabulo quéchua que significa “o retorno dos bons tempos”, numa alusão à transformação de atitude e de conduta política e à esperança em bons tempos.

⁸ Luis Macas: entrevista concedida ao autor em novembro de 2013.

de disputas refletiu a nova postura política adotada pela organização, se apresentando não apenas como portadora de projetos para o Equador, mas, também como alternativa política para governar e conduzir as mudanças necessárias e urgentes para o país.

Apesar das limitações impostas pelo modelo político tradicional, a participação política através do *Pachakutik* possibilitou avanços significativos para o movimento indígena, seja na conquista de representação nos chamados governos locais seja pela eleição de representantes para o parlamento nacional. A abertura desse novo campo de disputa sem dúvida deu mais visibilidade para as propostas indígenas, com destaque para as mudanças realizadas na estrutura legislativa do país.

As alterações efetuadas nas normas constitucionais do Equador, especialmente a partir de 1998, representaram um marco da estrutura legislativa do Estado, com destaque para a admissão da diversidade étnica e cultural do país. A reforma constitucional de 1998 formalizou o reconhecimento do caráter pluricultural e multiétnico do Equador, bem como introduziu uma série de direitos voltados para o reconhecimento das particularidades históricas e culturais dos seus diferentes grupos étnicos. Essa constituição estabeleceu ainda os chamados direitos coletivos, consubstanciados em uma série de garantias dirigidas não apenas aos grupos indígenas, como também a outros agentes e setores sociais caracterizados por uma identificação social e política própria (Constitución Política de la República del Ecuador, 1998, Art. 84).

Apesar dos avanços estabelecidos na legislação do país pós-1998, são claras também as limitações de sua aplicação e amplitude. Além de não reconhecer o caráter plurinacional do Estado equatoriano – o que viria a ocorrer somente a partir de 2008⁹ –, a constituição de 1998 se mostrou carente no que diz respeito à regulamentação das chamadas leis secundárias, conduzindo a uma falta de normatização e execução de uma série de dispositivos práticos e necessários à efetiva implementação da legislação aprovada.

As modificações introduzidas na legislação equatoriana ao longo dos últimos anos foram orientadas no limite da governabilidade e dos marcos da democracia representativa, sem a ocorrência de transformações substanciais e radicais como as exigidas pelos setores mais combativos do movimento.

⁹ Nesse ano o Parlamento aprovou uma nova constituição, dessa feita admitindo, finalmente, o caráter plurinacional do Estado equatoriano. No entanto, a inclusão dessa característica na nova carta não significou a adoção de fato das mudanças reivindicadas pelas organizações indígenas, que continuam a exigir do poder público as mudanças reais na estrutura política do país e o efetivo respeito a seus direitos.

Para esses segmentos, as alterações aprovadas foram vistas como limitadoras do poder contestatório das forças populares, ou seja, como um mecanismo de dispersão das lutas políticas mais profundas. Tais mudanças estavam contempladas na estratégia exercida pelo Estado de “transferir” responsabilidade para os povos indígenas na elaboração e condução de alguns projetos, mesmo que de forma limitada, visando diminuir seu poder de pressão.

A emergência do movimento indígena equatoriano como protagonista e principal agente mobilizador de lutas políticas permitiu, nos últimos anos, expressivas mudanças na cultura política do país. De sujeitos desprovidos de capacidade de atuação, os indígenas passam a ser considerados, por diferentes setores políticos, como principais atores políticos do período recente, alterando substancialmente o imaginário social dominante até então. As grandes mobilizações lideradas pelas organizações indígenas, sua pauta reivindicativa e os projetos apresentados, trouxeram alterações não apenas na sociedade, mas nas relações do poder público com esse setor social. De cidadão limitado, o índio passou a ter lugar especial na estrutura política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento indígena do Equador, liderado pela Conaie, com a defesa da livre manifestação da diversidade cultural dos grupos indígenas e do estabelecimento de uma nova estrutura político-administrativa no Estado, desafia frontalmente a cultura política dominante. Com um discurso que expressa uma tomada de consciência das especificidades e particularidades dos grupos indígenas, a Conaie exige o seu reconhecimento na estrutura política e social do país. Esse posicionamento afeta diretamente as fronteiras de representação política e cultural e as práticas sociais até então dominantes na sociedade equatoriana, fazendo advir um novo quadro na estrutura político-cultural, especialmente na forma como os grupos étnicos passaram a ser representados.

A experiência do movimento indígena no Equador – assim como em outros países latino-americanos – com o discurso da alteridade cultural e política, permite repensar o papel que a cultura tem ocupado nas relações de poder, especialmente nas relações políticas frente ao Estado e aos grupos organizados. Possibilita, também, pensar a produção do conhecimento histórico,

estabelecendo, cada vez mais, pontes entre essas duas esferas do fazer humano, que devem ser vistas sempre como interativas e complementares em seus diversos níveis e não como isoladas, estanques ou sobrepostas umas às outras.

Para diferentes setores da sociedade equatoriana, o índio deveria se constituir como parte do passado por ter sido dizimado ou integrado à sociedade nacional. No entanto, as manifestações ocorridas a partir de junho de 1990 foram uma clara demonstração de vivacidade e capacidade de mobilização dos grupos indígenas. E, parafraseando o poeta, estes, como uma “estrela”, se inserem “numa velocidade estonteante” no seio da sociedade equatoriana, surpreendendo a todos, “não por ser exótico, mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto”, quando na realidade, sempre estiveram presentes “como teria sido o óbvio”.¹⁰

FROM THE “INVISIBILITY” TO THE LEADERSHIP: THE INSURGENCY OF THE INDIGENOUS MOVEMENT IN ECUADOR IN THE 1990s

ABSTRACT

The Ecuadorian indigenous movement has performed, in recent decades, several political demonstrations in the country presenting as agenda the fight for changes in the state's political structure and the construction of an alternative model of social and political organization, based on respect for different cultural values. This study aims to understand the new traits displayed by the indigenous movement in Ecuador in the 1990s, from its main organization, the Confederation of Indigenous Nationalities of Ecuador (CONAIE), with emphasis on the study of its proposed policy and the model State defended by the entity.

KEY WORDS: *Ecuador. Indigenous movement. Plurinational State.*

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, L. B. O movimento indígena organizado na América Latina – a luta para superar a exclusão. In: **Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC**. Salvador, 2000.

¹⁰ Versos de Caetano Veloso na canção “Um Índio”, do LP **Bicho**, gravado em 1977.

CALLEJO, J. **Fiestas sagradas**. Sus orígenes, ritos y significado que perviven en la tradición de los pueblos. Madrid: Ed. Edaf, 1999.

CAZAR, F. G.; PERALTA, P. O. **El poder de la comunidad**. Ajuste estructural y movimiento indígena en los Andes ecuatoriano. Quito: Clacso-Asdi, 2003.

CONFEDERACIÓN DE NACIONALIDADES INDÍGENAS DEL ECUADOR – CONAIE. **Proyecto político de la Conaie**. Quito: Conaie, 1994.

GUARDERAS, A. B. **Acción colectiva y crisis política**: el movimiento indígena ecuatoriano en la década de los noventa. Quito: OSL; Abya-Yala, 2001.

MORA, E. A. **Nueva historia del Ecuador**. Quito: Corporación Editora Nacional, 1995.

MALDONADO, L. E. **Pueblos y nacionalidades del Ecuador**: de la reivindicación al protagonismo político. Ibarra: Escuela de Gobierno y Políticas Públicas de los Pueblos y Nacionalidades del Ecuador, 2006.

SILVA, E. **Identidad nacional y poder**. Quito: Abya-Yala, 2004.